

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coarano Álvares, 55, tel.: 856-21



Fundado em 1875

JULIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - F.  
(1927 - 196)

## Agora Sarney age; e lá se vai o trabalho de Mailson.

Nem mesmo a suprema humilhação de receber pitos e descomposturas de estrangeiros das mais diversas nacionalidades parece animar o presidente José Sarney a abandonar a atitude de passividade angustiada que assumiu enquanto espera a decisão final da Constituinte sobre seu mandato. O presidente não costuma agir, mesmo quando a ação é absolutamente inadiável. E, quando age, é para sabotar o trabalho de saneamento das finanças públicas que os ministros da área econômica estão empreendendo.

Agora, já não são apenas aqueles que ele chama de "conspiradores internos" que andam dizendo cobras e lagartos de seu governo: de todos os lados se ouvem restrições e críticas à atual administração brasileira. E o embaixador japonês, por exemplo, incorrendo numa monumental gaffe diplomática, dizendo que "não há quase ninguém que queira investir no Brasil, onde parece imperar o caos". E também, o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, Shahid Husain, advertindo que "tem havido, no Brasil, um mau uso dos recursos, maior do que se justificaria".

São ainda os investidores, economistas e jornalistas na Europa e nos Estados Unidos, mostrando que as decisões da Assembléia Nacional Constituinte sobre a Ordem Econômica, as relações trabalhistas e o sistema tributário irão fechar o País aos capitais externos e inviabilizar a economia de mercado entre nós, dois passos decisivos para o mergulho definitivo de qualquer país na pobreza e num regime discricionário.

Por mais que nos doam essas "intromissões" externas, não podemos negar que observações como as que registramos acima são absolutamente procedentes. A economia permanece estagnada. A inflação galopa. A recessão e o desemprego só não dispararam ainda porque o setor agrícola está conseguindo um extraordinário desempenho, porque as exportações vão muito bem e porque a chamada economia informal, aquela que floresce longe das amarras oficiais, continua pujante.

Mas esta base de sustentação já parece insuficiente. Segundo o Inpes, órgão ligado à Seplan, a taxa de variação acumulada da produção industrial cairá em junho para 5,5% negativos, podendo levar a uma queda abrupta no nível de emprego. Diante de um quadro desses, o presidente Sarney costuma-nos brindar com alguns discursos, como o de domingo à noite a propósito do Dia do Trabalho, escandalosamente demagógicos, incrivelmente otimistas e destituídos de qualquer senso de realidade.

Esta situação que estamos vivendo hoje ainda se tornará mais dramática quando entrar em vigor a nova Constituição, se mantido o texto aprovado até agora. O problema da economia brasileira, no momento, em última análise, é de investimentos. Com a salada estatizante nacionalista e paternalista que montou, a Assembléia Nacional Constituinte criou todas as condições para que esses investimentos, que já não se realizam há praticamente três anos, aguardem uma futura reforma da Constituição.

As medidas adotadas no título da ordem econômica sob a inspiração mediúnic de Arthur Bernardes, irão afugentar os capitais externos: Como já dissemos em outro editorial sobre o mesmo assunto, ninguém é maluco de colocar o seu dinheiro onde ele não é bem recebido. Principalmente se no mundo há tantos outros lugares onde é fácil trabalhar. Com este texto, como deixaram claro os japoneses que participaram de um seminário aqui em São Paulo sobre cooperação econômica entre Brasil e Japão, e jornais da importância do Wall Street Journal e do Le Monde, podemos desistir de abocanhar ao menos um pedacinho do volume extraordinário de recursos disponíveis no mercado internacional de capitais para aplicação em projetos produtivos e lucrativos.

Não contentes em fechar nossas fronteiras a esses dólares, os senhores constituintes ainda montaram armadilhas para as empresas nacionais e para as estrangeiras aqui instaladas que praticamente consumirão os poucos recursos de que elas ainda poderiam dispor para novas aplicações. No capítulo dos direitos sociais, por exemplo, a série de "benefícios" concedidos aos trabalhadores irá provocar um aumento de mais de 50% nos custos dos encargos sociais, com reflexos diretos nos preços finais para o consumidor e na lucratividade das empresas. No novo sistema tributário está embutido um aumento brutal de impostos, com uma redução do poder aquisitivo da população e, novamente, da taxa de lucro das empresas. A capacidade de investimento da economia brasileira, que chegou a ser de 25% do PIB e está hoje em torno de 16%, cairá ainda mais com essas "brilhantes" providências da Constituinte.

Pois bem! Todas essas agressões ao futuro do País foram cometidas sem que o presidente da República movesse uma palha para evitar o desastre. Em momento algum ele procurou mobilizar as poderosas forças governamentais para ajudar os que lutavam para aprovar o que é melhor para o Brasil.

O presidente costuma alegar, para justificar sua omissão, que como é um democrata, está respeitando a soberania da Constituinte. Há nesta afirmação pelo menos um equívoco e uma falsidade. O equívoco: como presidente da República, ele tem obrigação de interferir em todos os assuntos que afetam a vida da sociedade brasileira. E seu dever tentar influenciar as votações da Assembléia, dentro dos limites da ética e do bom senso.

A falsidade: em várias ocasiões o presidente reclamou o direito de "participar" dos trabalhos constituintes, com opiniões, críticas e sugestões. E em duas ocasiões atuou: para tentar evitar a aprovação do capítulo do sistema tributário na parte que transfere recursos do governo federal para Estados e municípios (nunca para evitar mais impostos), e para defender o mandato de cinco anos e o presidencialismo. Nesse caso, quando estava em jogo o seu poder, os seus interesses, Sarney foi ágil, decidido e não mediu esforços — nem custos — para virar votos e fazer "fidelidades".

Quando se trata de defender o seu glorioso mandato, o presidente não hesita em tomar atitudes "drásticas" e "corajosas", mesmo que elas possam prejudicar os planos de austeridade de seus ministros. E o que está fazendo agora. Quando se aproxima a votação definitiva do tempo em que ainda permanecerá no Palácio do Planalto, o presidente Sarney e seus amigos escancararam suas armas e escancaram os cofres da União para garantir os votos dos cinco anos na Constituinte.

Pressionado pelos governadores, à frente o paulista Orestes Quercia, um dos mais fiéis devotos da irmandade de "E dando que se recebe", o presidente autorizou a apresentação de um voto no Conselho Monetário Nacional abrindo uma brecha no decreto que limitou o endividamento dos Estados e municípios aos saldos existentes no dia 31 de dezembro passado, um dos pilares do programa de cortes no déficit público armado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento. A exceção aberta por Sarney, oficialmente para atender a programas de habitação popular e saneamento básico, poderá elevar o déficit em mais Cz\$ 111 bilhões, equivalente a toda a economia conseguida com o corte do subsídio ao trigo e com quase a metade do que renderá o congelamento da URV para o funcionalismo público (que aliás está sendo derrubado na Justiça). Dias atrás, o presidente já havia podado de 1,3% do PIB para 0,9% os cortes pretendidos por Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu no Orçamento Geral da União. Com isso, mais as derrotas seguidas que o congelamento do reajuste salarial vem sofrendo na Justiça, o plano de redução do déficit fica praticamente sem valor. É o princípio do fim da estratégia dos ministros econômicos para evitar a hiperinflação e fechar satisfatoriamente as negociações com os credores externos.

De mãos dadas, o presidente Sarney — por omissão — e a Constituinte — por sua ação — tramam contra o futuro do Brasil! Mas os senhores constituintes ainda têm duas chances de se redimirem: uma é apagando no segundo turno parte das barbaridades que cometeram no primeiro; a outra, é abreviando o tempo que a sociedade brasileira ainda terá que suportar esse governo.